

Conteúdo Audiovisual e Pirataria em Tempos de Pandemia

Durante o ano de 2020 grande parte da população brasileira (e claro, mundial) ficou em casa muito mais tempo do que em situações normais. O coronavírus se espalhou de forma veloz e impôs novas regras sobre quarentena, confinamento, convivência social, trabalho e ensino à distância (quando possível), dentre várias outras mudanças.

Com cinemas, teatros, casas de shows e outros locais de frequência coletiva fechados, a busca por entretenimento dentro do próprio lar cresceu. Neste cenário, a indústria do audiovisual segue se reinventando, os *drive-ins*, que tinham sumido do cenário cultural nos anos 90, ressurgiram. A Agência Nacional do Cinema (ANCINE) inclusive se posicionou de forma favorável ao lançamento de obras produzidas com recursos incentivados nos *drive-ins*, devendo para tanto tais estabelecimentos estarem registrados na Agência e cumprirem as regras de uma sala de cinema comercial.

Alguns estúdios/produtoras optaram pelo adiamento do lançamento de filmes, especialmente possíveis *blockbusters* ou, em outros casos, os lançamentos estão ocorrendo diretamente em plataformas digitais.

De acordo com dados publicados em junho, os serviços de streaming cresceram mais de 60% no primeiro semestre deste ano. O Prime Video (plataforma da Amazon) apresentou o maior crescimento, ocupando atualmente a segunda posição do mercado, estando atrás apenas da Netflix.

No que diz respeito às plataformas digitais e conteúdo televisivo, com as pessoas ficando mais tempo em casa, a busca pelo entretenimento relacionado ao audiovisual cresceu e juntamente cresceram os números relacionados à busca por conteúdos audiovisuais piratas. O aumento da pirataria on-line pode ter relação com alguns fatores como a redução da renda familiar e a dispersão do conteúdo em diferentes plataformas.

Com o início da pandemia e do confinamento, os números relacionados à pirataria subiram ainda no mês de março, com percentuais de acessos a conteúdo ilegal aumentando mais de 40% em muitos países. A empresa de tecnologia Muso (www.muso.com) apresentou dados apontando para um crescimento global de 33% na pirataria de filmes enquanto o confinamento estava vigorando. Em países como Estados Unidos, Reino Unido e Itália, os aumentos registrados foram de 41%, 43%, 66%, respectivamente. Um dado relevante disponibilizado pela Muso é o que compara os acessos a sites/conteúdo piratas relacionados a filmes com os acessos a sites/conteúdo piratas relacionados a programas de televisão/séries. A grande maioria dos acessos é relacionado aos filmes: nos Estados Unidos, por exemplo, endereços piratas especializados em filmes apresentaram um aumento de 41%, enquanto os de conteúdo televisivo/séries tiveram um crescimento de apenas 12% nas visitas.

Trazendo o tema para a perspectiva brasileira, a Coordenação de Combate à Pirataria da ANCINE, em seus levantamentos mais recentes, aponta que o Brasil está há anos entre os países que mais consomem conteúdo pirata de filmes e séries (3º país no ranking mundial da pirataria). Relatório apresentado em 2018 pelo Instituto IPSOS, a pedido da Motion Pictures Association (MPA), identificou que as perdas com pirataria representam quase R\$ 4 bilhões por ano. Este mesmo estudo estima que em um intervalo de três meses 2 bilhões de acessos foram efetuados em plataformas de conteúdo pirata.

Em matéria publicada no site Tele.Síntese, em julho deste ano, foram disponibilizados dados levantados pela empresa LtaHub que apontam um aumento de 15% a 20% no acesso aos sites piratas no Brasil e na América Latina (com base em um cenário com 2 mil sites acompanhados pela empresa). Ainda de acordo com o levantamento da LtaHub, em fevereiro, pouco antes da adoção de medidas de confinamento, um dos principais sites piratas monitorados recebeu 10,4 milhões de visitas originadas no território brasileiro, aumentando para 17,65 milhões em abril (alta de mais de 60%), e, em junho, voltou a 11 milhões, próximo ao número inicial.

Mas existem também as boas notícias. A ANCINE tem se organizado para combater a pirataria de forma constante. Segundo notícia divulgada pela própria Agência em junho deste ano, a ANCINE e a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL - instituíram uma equipe de projeto com a finalidade de estudar a possível regulamentação conjunta do bloqueio administrativo de endereços na internet que distribuam obras audiovisuais disponibilizadas de forma ilegal. De acordo com o texto publicado, o objetivo é agilizar o combate à pirataria, sem intervenção judicial e reduzindo os danos aos titulares dos direitos autorais.

Por fim, importante mencionar que o combate à pirataria é fundamental e não uma preocupação somente nesse momento de pandemia. Ele deve ser contínuo e começar com pequenas ações, trazendo a conscientização sobre o tema para dentro das escolas, além do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Ministério da Justiça, ANCINE e inúmeros outros entes públicos e privados. Devemos todos dizer não à pirataria, que prejudica não só o titular do direito autoral, mas toda a cadeia produtiva.